OCIDENTAL
grupo ageas

outubro 2026

FICHA DE INFORMAÇÃO MENSAL

REFORMA ATIVA PPR

Informação válida para os produtos Reforma Ativa PPR e Reforma Ativa PPR 2ª Série.
Um investimento responsável exige que conheça as suas implicações e que esteja disposto a aceitá-las.

ESTRATÉGIA: PRESERVAÇÃO | PROTEÇÃO | MODERADA | **AGRESSIVA AÇÕES**

O indicador de risco pressupõe que o produto é detido durante 3 anos. O risco efetivo pode variar significativamente em caso de resgate antecipado, podendo ser recebido um valor inferior.

NÍVEL RISCO: 1 | 2 | **3** | 4 | 5 | 6 | 7

Risco mais baixo — Risco mais elevado

INFORMAÇÃO GERAL DO PRODUTO

Segurador	Ocidental – Comp. Port. Seguros de Vida, S.A.	**Moeda**	EUR	**Comissão de Gestão**	Máx. 1,75%
Banco Depositário	MillenniumBCP	**Valor Líquido Global do Fundo**	62 636 656	**Comissão de Subscrição***	0,0%
Supervisor	ASF	**Data de Início do Fundo**	Novembro 2014	**Comissão de Resgate***	1º ano: 1,0% 2º e 3º ano: 0,5%

* Condições válidas para Reforma Ativa PPR 2ª Série

EVOLUÇÃO DA UP



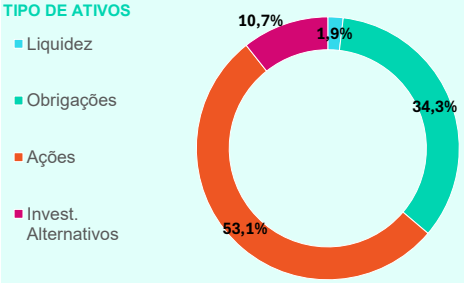
Advertência: as rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. O nível de risco do produto será divulgado um ano após a data de início de comercialização quando, de acordo com as normas legais, for possível calcular o Desvio Padrão da rendibilidade

DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA

A carteira será estruturada com o objetivo de valorização do capital investido a longo prazo e atingir uma rendibilidade superior à de aplicações tradicionais, destinando-se a investidores com apetência pelo risco.
A política de investimentos está orientada para uma exposição relevante aos mercados de ações europeus mas também poderá investir em ações de outros mercados nomeadamente América, Ásia e Países Emergentes. A restante carteira poderá incluir obrigações de dívida pública, corporate e investimentos alternativos.

ALOCAÇÃO E SELEÇÃO DE ATIVOS

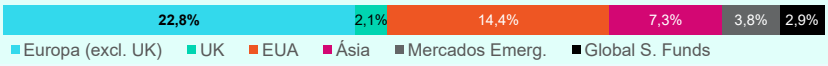
TIPO DE ATIVOS



MAIORES EXPOSIÇÕES (%)

iShares Eur GovtBdIdx (IE) D EUR	14,7%
Ishares U:S. Index Fund	10,3%
JP Morgan Euroland Equity I2 EUR	9,5%
iShares Europe ex-UK Idx (IE) D EUR	8,5%
MFS Meridian Emerging Mkts Dbt IH1 I	5,8%

GEOGRAFIA MERCADO ACIONISTA



PERFORMANCE E RENDIBILIDADE

1 Ano	5,70%	**2025**	6,40%
3 Anos*	10,36%	**2024**	9,62%
5 Anos*	3,39%	**2023**	10,01%
8 Anos*	5,20%	**2022**	-13,60%
		2021	13,23%
		2020	3,15%
		2019	14,48%
		2018	-7,86%

* Anualizada

COMENTÁRIO DO GESTOR

Mantemos uma visão positiva para os mercados acionistas, sustentada pelo ambiente de crescimento económico sólido, lucros empresariais fortes, menor incerteza política após a realização das eleições intercalares nos EUA e condições financeiras potencialmente mais favoráveis. Os lucros empresariais continuam a apresentar um crescimento forte e as valorizações tornaram-se mais atrativas após a correção dos múltiplos desde o início do ano. A queda recente dos preços do petróleo deverá permitir um alívio da inflação e uma trajetória menos restritiva das taxas de juro por parte dos bancos centrais, suportando também o mercado acionista.
Neste contexto, as obrigações governamentais deverão recuperar um papel mais relevante na diversificação das carteiras e oferecer maior proteção em períodos de volatilidade, como demonstrado no mês de outubro. Em França, contudo, a subida mais expressiva das yields nos últimos meses reflete a dificuldade em reduzir o défice orçamental de forma a estabilizar a trajetória da dívida pública, risco que permanece relevante. O alargamento dos spreads franceses, em conjunto com a subida generalizada das yields, pressionou também a dívida de outros países europeus, em particular daqueles que apresentam maiores fragilidades fiscais. Porém, o risco de contágio parece ser limitado quer porque a maioria dos países apresenta menores vulnerabilidades fiscais que França, quer pela capacidade de intervenção do BCE para mitigar riscos de instabilidade financeira. Os mercados financeiros inicialmente reagiram de forma positiva às eleições intercalares realizadas nos EUA no início de novembro. Esta reação refletiu a ausência de contestação aos resultados eleitorais, reduzindo um importante fator de incerteza política. Em paralelo, a expectativa de uma possível redução das tensões no Médio Oriente contribuiu para a descida dos preços do petróleo. Por outro lado, as dúvidas em torno do setor tecnológico intensificaram-se, refletindo receios de abrandamento do investimento em inteligência artificial, potenciais condicionamentos à construção de novos centros de dados e a possibilidade de introdução de regulação mais restritiva para o setor. Ainda assim, os resultados das empresas tecnológicas continuaram a apresentar crescimentos expressivos, conduzindo os múltiplos para níveis relativamente mais atrativos. Num contexto em que a procura permanece robusta, esta dinâmica deverá criar condições para uma recuperação do setor. Por fim, a incerteza geopolítica continua a representar um risco relevante para os mercados.

RELATÓRIO DE CONJUNTURA E DE MERCADOS

Em outubro, os mercados financeiros foram influenciados por uma nova vaga de incerteza em relação aos elevados investimentos no desenvolvimento da inteligência artificial, pela persistência de riscos geopolíticos e por expetativas de subida adicional das taxas de juro dos bancos centrais em resultado do novo aumento dos preços do petróleo. Em contrapartida, os indicadores económicos continuaram a apontar para a resiliência da atividade económica e os lucros empresariais voltaram a registar um ritmo de crescimento forte. O retorno do mercado acionista global foi negativo, refletindo a queda das ações de empresas tecnológicas, com um regresso das dúvidas em relação ao retorno do investimento em inteligência artificial e também da divulgação de resultados de empresas do sector que não convenceram os investidores. Ainda assim, observou-se uma rotação para outros sectores, que evidenciaram subidas, suportadas pela continuidade do crescimento económico e pela evolução positiva dos lucros, que apresentaram crescimentos fortes e superiores às estimativas. As ações da Ásia-Pacífico e dos mercados emergentes tiveram o pior desempenho, penalizadas pela maior exposição ao setor tecnológico e também devido à correção do mercado brasileiro na sequência da surpresa na segunda volta das eleições presidenciais. As ações da Zona Euro e dos EUA registaram quedas menos pronunciadas, enquanto as ações do Reino Unido se valorizaram. As obrigações tiveram um desempenho positivo. A volatilidade nos mercados acionistas, em particular nas empresas tecnológicas, provocou um aumento da procura por ativos de refúgio, induzindo a descida de yields da dívida pública norte-americana e alemã, apesar da subida do preço do petróleo. Em paralelo, a pausa no processo de subida de taxas de referência e uma tendência para discursos menos restritivos por parte de membros dos bancos centrais limitaram as expectativas de aumento agressivo de taxas da Fed e do BCE anteriormente descontadas pelos mercados. O retorno da dívida pública da Zona Euro foi condicionado pelo alargamento dos spreads face à Alemanha, influenciado sobretudo pela dívida francesa, mas que se propagou a outros países, como Itália e Espanha. Os riscos de sustentabilidade da dívida francesa foram exacerbados por protestos sociais e por pressões políticas que condicionam implementação de medidas de consolidação orçamental. Este movimento foi parcialmente revertido após a Moody's manter o rating soberano francês. Os bancos centrais mantiveram as taxas de juro inalteradas, após as subidas de setembro, mas o discurso manteve um pendor restritivo. A Reserva Federal reviu em alta a avaliação da economia, classificando a atividade como "forte", e sinalizou o maior crescimento do emprego em 2026, mas reiterou que a inflação continua acima do objetivo, sugerindo a possibilidade de uma subida adicional de taxas. Na Zona Euro, o Banco Central Europeu também manteve um viés para uma nova subida, justificado pela inflação elevada e pela subida dos preços do petróleo. Porém, o discurso foi mais equilibrado, ao reconhecer que a inflação subjacente se mantém estável e que as condições financeiras mais restritivas deverão pesar sobre a atividade e ajudar a moderar a inflação.

INFORMAÇÃO

Este produto consiste num contrato de seguro ligado a fundos de investimento que não dá garantia dos montantes investidos, existindo por isso o risco de perda de capital investido.
Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida, nomeadamente o Documento de Informação Fundamental disponível no site dos distribuidores e em ocidental.pt

FISCALIDADE

A tributação dos rendimentos efetuar-se-á de acordo com a legislação fiscal aplicável, sendo esta, nesta data, a do Estatuto dos Benefícios Fiscais (Art.º 21º, n.º 3, al. b) e n.º 5). Quando o reembolso do produto é efetuado sob a forma de capital (mesmo em caso de morte), o rendimento (diferença entre o valor recebido e as correspondentes entregas efetuadas) é tributado autonomamente, por retenção na fonte, à taxa de 20%, mas apenas sobre 2/5 do seu valor (taxa efetiva de IRS de 8%, sendo certo que a taxa efetiva para entregas efetuadas até 31/12/2005 é de 4%). No entanto, quando o reembolso ocorra fora de qualquer uma das situações previstas na lei, o reembolso é tributado de acordo com as regras aplicáveis aos seguros de capitalização (nos termos do Art.º 21º, n.º5 do EBF), e tributado autonomamente, por retenção na fonte, à taxa de 21,5%, em função do momento do reembolso: se o reembolso ocorrer após 8 anos de vigência do contrato, apenas dois quintos do rendimento são tributados, o que corresponde a uma taxa efetiva de 8,6% (*); se o reembolso ocorrer entre o 5.º e o 8.º anos de vigência do contrato, quatro quintos do rendimento são tributados, o que corresponde a uma taxa efetiva de 17,2% (*); se o reembolso ocorrer antes de 5 anos de vigência do contrato, todo o rendimento é tributado à taxa de IRS de 21,5%.
(*) desde que o montante dos valores aplicados na 1ª metade da vigência do contrato represente pelo menos 35% da totalidade dos valores aplicados.

SEGURADOR E MEDIADOR DE SEGUROS

Segurador: Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., sede Praça Príncipe Perfeito 2, 1990-278 Lisboa. Matrícula / Pessoa Coletiva 501836926. CRC Lisboa. Capital Social 22.375.000 Euros. Registo ASF 1024, www.asf.com.pt. Escritórios: Rua Manuel Pinto de Azevedo nº 106 e 126 4100-320 Porto.
Mediadores de Seguros:

Banco Comercial Português, S. A.; Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto; Capital Social 3.000.000.000 Euros. N.º único de matrícula e de identificação fiscal: 501525882 (Conservatória do Registo Comercial do Porto). Agente de Seguros registado com o n.º 419527602 junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões - Data da Inscrição 21/01/2019

Banco ActivoBank S. A. com sede na Rua Augusta, 84, em Lisboa, com o capital social de 127.600.000 Euros, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500734305. Agente de Seguros registado com o n.º 419501226 junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões Autorização - Data da Inscrição 21/01/2019

Autorização para mediação de seguros dos Ramos Vida e Não Vida dos Seguradores Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A. e Médis Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. e ainda com a Ageas Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S A. Informações e outros detalhes do registo podem ser verificados em www.asf.pt.
Os Mediadores não estão autorizados a celebrar contratos de seguro em nome do Segurador nem a receber prémios de seguro para serem entregues ao Segurador. Os Mediadores não assumem a cobertura dos riscos inerentes ao contrato do seguro, que são integralmente assumidos pelo Segurador.